



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 142/XIV/ 3.ª SL

Aos 6 dias do mês de outubro de 2021, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão De Orçamento e Finanças, na Sala 9 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Formato misto (presencial + videoconferência)

1. **Aprovação das atas n.ºs 140 e 141;**
2. **Votação do Parecer da iniciativa europeia COM(2021)429 – “Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva (UE) 2019/1153 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito ao acesso das autoridades competentes aos registos centralizados de contas bancárias através do ponto de acesso único”; Relatora: Deputada Mariana Mortágua (BE)**
3. **Definição da metodologia de apreciação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 618/XIV/2.ª (CDS-PP) – “Conta-corrente entre os Contribuintes e o Estado”;**
4. **Outros assuntos.**

-
1. **Aprovação das atas n.ºs 140 e 141;**

As atas foram aprovadas por unanimidade, na ausência do PCP, CDS-PP, PAN e CH.

2. **Votação do Parecer da iniciativa europeia COM(2021)429 – “Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva (UE) 2019/1153 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito ao acesso das autoridades competentes aos registos centralizados de contas bancárias através do ponto de acesso único”; Relatora: Deputada Mariana Mortágua (BE)**

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) apresentou o parecer de que é autora.

Seguidamente, o Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) pediu a palavra para suscitar algumas questões de natureza formal e até regimental, sugerindo alterações à redação do relatório, nomeadamente na parte III (Conclusões), bem como no último parágrafo da parte II, relativa à opinião do relator, que, no seu entendimento, ficaria melhor enquadrado nas conclusões.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 142/XIV/ 3.ª SL

Também o Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) interveio para assinalar uma pequena gralha no texto.

Finalmente, o Senhor Deputado João Cotrim de Figueiredo (IL) quis saber qual teria sido, na opinião da Deputada relatora, o fundamento que justificou a criação do ponto de acesso único. Deixou também uma interrogação sobre o efetivo benefício, e sobre os eventuais riscos deste sistema, nomeadamente do ponto de vista da proteção dos dados pessoais.

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) manifestou disponibilidade para acolher as sugestões apresentados pelos Deputados, aproveitando ainda para referir que identificou uma outra gralha, na página 4 do relatório, que também iria retificar no relatório. Em resposta ao Deputado João Cotrim de Figueiredo, teceu algumas considerações gerais sobre o potencial benefício da Diretiva em apreço, que poderá contribuir, a seu ver, para a maior celeridade na investigação de processos relacionados, nomeadamente, com o branqueamento de capitais e a criminalidade económica. No que respeita à questão da proteção de dados, sobre a qual disse não ter encontrado referências na Diretiva, salientou, todavia, que a citada base dados de registos bancários já existia.

Submetido a votação o parecer foi aprovado por unanimidade, na ausência do PCP, CDS-PP, PAN e CH.

3. Definição da metodologia de apreciação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 618/XIV/2.ª (CDS-PP) – “Conta-corrente entre os Contribuintes e o Estado”;

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) afirmou que, não havendo necessidade de realizar muitas audições (da sua parte iria ser solicitada apenas a da AT), seria dispensável a constituição de um grupo de trabalho.

Nesta sequência, o Senhor Presidente fixou a sexta-feira, dia 8 de outubro, como data limite para os grupos parlamentares apresentarem as suas propostas de audições.

4. Outros assuntos.

O Senhor Presidente começou por confirmar que a proposta de lei referente ao Orçamento do Estado para 2022 entraria, na Assembleia da República, no dia 11 de



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 142/XIV/ 3.ª SL

outubro. Relativamente aos agendamentos pendentes no âmbito da especialidade da proposta de lei n.º 94/XIV/2.ª, informou que está agendada a audição da OROC para dia 12 de outubro, mas que está a ser difícil marcar a audição do CNSF. Aproveitou para questionar os requerentes sobre a indispensabilidade dessa audição.

Respondendo ao repto, o Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) informou que, em havendo consenso, o PS até estaria disponível para prescindir desta audição.

Por seu turno, o Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) informou que o seu partido pretende manter aquela audição.

Finalmente, o Senhor Presidente deu nota de que a audição do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais está agendada para dia 13 de outubro, incidindo sobre dois assuntos: o Relatório anual de combate à fraude e evasão fiscais e aduaneiras de 2020, bem como o requerimento do BE.

A reunião foi encerrada às 11:21 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 06 outubro 2021.

O Presidente

(Filipe Neto Brandão)



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 142/XIV/ 3.ª SL

Reunião de 6 de outubro de 2021

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Brás (PS)
Fernando Anastácio (PS)
Filipe Neto Brandão (PS)
Hortense Martins (PS)
João Gouveia (PS)
João Paulo Correia (PS)
Joël Bouça Gomes (PS)
Nuno Sá (PS)
Vera Braz (PS)
Afonso Oliveira (PSD)
Alberto Fonseca (PSD)
Eduardo Teixeira (PSD)
Hugo Carneiro (PSD)
Jorge Paulo Oliveira (PSD)
Margarida Balseiro Lopes (PSD)
Mariana Mortágua (BE)
Cecília Meireles (CDS-PP)
Nelson Silva (PAN)
João Cotrim De Figueiredo (IL)
Nuno Miguel Carvalho (PSD)
Paulo Moniz (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Diogo Pacheco De Amorim (CH)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Miguel Matos (PS)
Carlos Silva (PSD)
Duarte Pacheco (PSD)
Ricardo Vicente (BE)
Duarte Alves (PCP)